

O MITO DO *SOTER*
NOS FUNDAMENTOS DA DINASTIA DA EXPANSÃO

MARIA DO AMPARO TAVARES MALEVAL
(Universidade Federal Fluminense)

1443-1994: 551 anos se passaram desde que Fernão Lopes escrevia a primeira parte da **Crônica de D. João I**, Mestre de Avis e fundador da Dinastia que daria lugar à gesta lusa dos Descobrimentos. Mas se atentarmos para o processo de construção desse mito político, veremos que ele tem o seu sabor de atualidade, muito embora os recursos utilizados se entranhassem no imaginário da época.

A localização do escritor no ano de 1443 é fornecida pelo próprio, no capítulo CLXIII, que fala da “septima hidade que sse começou no tempo do Meestre”, idade por ele criada “com ousança de fallar, como quem jogueta, per comparação” para denominar os novos tempos adventícios da Revolução ocorrida de 1383 a 1385 em Portugal e liderada por D. João de Avis. Nela “se levamtou outro mumdo novo e nova geeraçom de gemtes, porque filhos d’homeēs de tam baixa comdiçom que nom compre de dizer, per seu boom serviço e trabalho, neste tempo foram feitos cavalleiros”¹.

Esta idade, reconhecida pelo autor enquanto cousa *feita*, criada, composta — “fazemos aqui a septima hidade”, diz ele, e utilizando-se dos procedimentos retórico-poéticos acima mencionados — situa-se, deste modo, nos domínios da ficção, considerada em seu étimo latino *fictione*, que possui, dentre outros, os significados de formação, criação, ato de fingir, de compor, suposição, hipótese². E dá seqüência às épocas determinadas nas histórias eclesiásticas,

¹ LOPES, Fernão, **Crônica del Rei dom João I da Boa Memória e dos reis de Portugal o décimo** - Parte primeira. Ed. facsim da ed. do Arquivo Histórico Português, preparada por Anselmo Braamcamp Freire, 1915. Pref. de Luís Felipe Lindley Cintra. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1977. p.308.

² Cf. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**, de José Pedro Machado. 5ª ed. Lisboa, Livros Horizonte, 1989. 5. vols., vol. III, p.43.

citados na crônica³ dois dos seus principais expoentes — Eusébio de Cesaréia, grego do século IV e delas considerado o “pai”, e Beda, autor de uma história eclesiástica da nação inglesa, no século VIII.

Ficção à parte, localiza-se o escritor na sexta idade: “a sexta em que ora andamos, que ha mill e quatro çentos e quarenta e tres que dura” e da qual “cuidã alguus que fara fim, quando sse acabar o segre”⁴. Localiza-se, portanto, no ano de 1443 da era de Cristo, que tivera por antecessoras às de Adão, Noé, Abraão, David, e à do “trespassamento” de Babilônia.

A metáfora criada pelo cronista fala de uma escatologia, que põe fim aos valores nobiliárquico-feudais. De tal modo os seguidores mal-nascidos de D. João de Avis “per dignidades e homrras e offiços do rreino em que os este Senhor seemdo Meestre, e depois que foi Rey, pos, montarom tamto ao deamte, que seus deçendemtes oje em dia se chamam doões, e som theudos em gram comta”⁵.

Mas não apenas as “dignidades e homrras e offiços” mudaram de mãos. Também a religião agora (?) é de outra ordem: a do interesse por bens materiais. E nela D. João faz o papel de Jesus Cristo:

E assi como o Filho de Deos chamou os seus Apostollos, dizemdo que os faria pescadores dos homeēs, assi muitos destes que o Meestre acreçemtou, pescarom tamtos pera ssi per seu gramde e homrroso estado, que taes ouve hi que tragiã comthinuadamente comssigo viimte e trimta de cavallo; e na guerra que sse seguio os acompanhavom trezemtas e quatrocentas lamças e alguus fidalgos de linhagem⁶.

À parte a subversão dos valores efetuada na alegoria, os materiais substituindo os espirituais, interessa-nos agora observar como o mito do *soter* é revivido na representação de D. João. Como lembra Raoul Girardet, “o mito político jamais deixa, nós o sabemos, de enraizar-se em uma certa forma de realidade histórica”⁷. E, no caso que analisamos, os tempos eram para ele propícios: no interregno ocasionado pela morte de D. Fernando, observava-se

³ LOPES, Fernão. *Op. cit.*, p.307.

⁴ *Ibidem*, p. 308.

⁵ *Ibidem*, p. 308.

⁶ *Ibidem*, pp. 308-309.

⁷ GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. p. 81.

profundo descontentamento dos populares e de muitos nobres para com a viúva regente, Leonor Teles, a que se somava a insatisfação das novas forças econômicas, burguesas, que almejavam o poder político e o fim dos privilégios da fidalguia.

A figura messiânica do bastardo do rei D. Pedro, filho deste com uma inexpressiva Teresa Lourenço, da Galiza, já se vinha delineando desde a Crônica de tal soberano. Aí, o popular e justiceiro D. Pedro, ao ser procurado por D. Nuno Freire, mestre da Ordem de Cristo — a poderosa Ordem remanescente dos antigos Templários —, a fim de solicitar-lhe o Mestrado de Avis para D. João que se encontrava sob seus cuidados, tendo então apenas sete anos de idade, encontra pronto acolhimento no rei. Este, narra um sonho profético que tivera com o bastardo, no qual

A mim parecia dormindo que eu via todo Portugal a arder em fogo, de guisa que todo o reino parecia uma fogueira. E estando assim espantado vendo tal cousa, vinha este meu filho João com uma vara na mão e com ela apagava aquele fogo todo⁸

A interpretação do sonho, feita por “alguns que razão têm de entender em tais cousas”, era a de que “não podia ser salvo que alguns grandes feitos lhe haviam de sair de entre as mãos”⁹. Portanto, o caráter providencial do Mestre fora desde aí indiciado, firmando-se adiante a sua condição de salvador. E não sem a ajuda dos líderes políticos como Alvaro Paes que, aproveitando-se da indisposição popular para com a “aleivosa” rainha, amante do conde de Andeiro, que deveria ser morto por D. João, tornado líder da conjuração então planejada por um grupo de poderosos do reino, transforma o Mestre em vítima, incitando os “pequenos” à sua defesa:

Soarom as vozes do arroido pella çidade ouvindo todos braadar que matavom o Meestre; e assi como viuva que rei nom tiinha, e como sse lhe este ficara em loge de marido, se moverom todos com maão armada, corremdo a pressa hu deziãz que sse esto fazia, por lhe darem vida e escusar morte¹⁰.

⁸ LOPES, Fernão. **Crónica de D. Pedro**. Org., pref. e notas de António Borges Coelho. Lisboa, Livros Horizonte, 1977. p.164.

⁹ *Ibidem, loc. cit.*

¹⁰ LOPES, Fernão. **Crónica de Dom João I**, p.21.

Observe-se o admirável símile, que exprime o amor do povo pelo Mestre de Avis, estabelecendo-se desde já o noivado da cidade-mulher, metonímia dos seus habitantes, com o futuro rei D. João I — escolhido por ser filho de rei, embora bastardo, qualidade imprescindível ao pretendente de tal dama, mas sobretudo por defender os interesses nacionais. E adiante-se que a personificação de Lisboa como viúva será desenvolvida em capítulos subseqüentes, culminando com a ladainha alegórica por ela enunciada, com a provocação do narrador que a interroga nos capítulos CLX a CLXII, já no epílogo da Crônica. Bem como que o seu “casamento” com o Mestre se oficializaria em Coimbra, onde é eleito o fundador da Dinastia de Avis. Lisboa é tornada, desse modo, similar à bíblica cidade-santa, Jerusalem, representada através da mesma metáfora.

Não caberia nos limites deste estudo um levantamento de todos os recursos retóricos que marcam a figura do *soter* na crônica¹¹. Mas gostaríamos de destacar certas imagens que concorrem de forma essencial para a afirmação do messianismo histórico que aí se coloca. Tal é a que segue: “quamtas vezes o Meestre cavallgava pella villa, era assi acompanhado do comuū poboo, como se das mãos dele caissem tesouros que todos ouvessem dapanhar”¹². O bem que dele esperavam, acrescenta o cronista a seguir, era... a sua liderança, sinônimo de amparo:

E seguindoo as gemtes com gramde prazer, huūs lhe travavam da rredea da besta, outros das falldras da vestidura; e braadando todos deziam altas vozes, que os nom quisesse desemparar, mas ficasse no rregno por senhor e regedor prometendolhe cada huū das rriquezas e averes que tiinham, offereçemdo os corpos aa morte por seu serviço¹³.

D. João, o de poucas palavras, limitava-se então a sorrir: “e elle olhavoos rriindo do que deziam: e assi chegavoom cõ ell ataa homde o Meestre pousava, e desi tornavomsse”¹⁴. Esta, a qualidade do líder dos novos tempos — a discrição, que unida à perseverança substituíra muitas das virtudes típicas de grande cavaleiro, que na verdade ele não era, como demonstra o cronista em tantos passos da sua obra. Por exemplo, no próprio episódio do assassinio do

¹¹ Cf. nossa tese de Doutorado **A Revolução pelos ornamentos: Fernão Lopes**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1982.

¹² LOPES, Fernão. **Crônica de D. João I**, p.38.

¹³ *Ibidem, loc. cit.*

¹⁴ *Ibidem, loc. cit.*

Andeiro, demonstra não possuir sequer a destreza do golpe certo que se exige do cavaleiro, para não falar da covardia do ato, uma vez que a vítima se encontrava no momento indefesa e, ao que tudo indica, desarmada¹⁵.

A metáfora do Messias corria também na boca dos inimigos, muito embora a modo de escárnio: “os grandes aa primeira escarnecendo dos pequenos, chamavõlhe poboo do Mexias de Lisboa, que cuidavom que os avia de remir da sogeiçõ delRei de Castella”¹⁶. Zombavam, desta forma, os “grandes” dos “pequenos”, acentuando-se o caráter revolucionário do movimento, que opunha a grande parte da fidalguia à “arraia-miúda”. Mas reduplicavam, ainda que através da *aequivocatio*, a mensagem evangélica, valorizadora da fé — o que não faltava à plebe em relação ao seu Mestre — e da humildade.

Passadas as agruras do cerco de Lisboa pelos castelhanos e portugueses “desnaturados” que a eles se uniram, o sermão de Frei Rodrigo de Cintra, reproduzido na crônica, vem enfatizar a fé/fidelidade dos portugueses “verdadeiros”, o seu sofrimento extremo e a complacência divina, através da imagem purgadora do fogo: “seemdo esta çidade assì atribullada, e ardemdo o fogo da sua grã tribullaçom, na força da sua moor queentura, que era aficamento de grande çerco, e sofreamça de muita fame, ho apagou Deos per seu partimento”¹⁷.

D. João, com a retirada dos castelhanos, dono de um poder providencial, como também forjado pelos políticos, já o vimos, demonstra-se um Senhor magnífico, que regiamente recompensa os seus súditos:

Como nobre senhor de rreal coraçom, em que nom soomente avomdava largueza de grandes doões, mas aimda sse podia dell bem dizer que era huū corremte rrio, de limpa e virtuosa graadez; com firme proposito, sem fazer tardamça, pos logo em sua voomtade, de rregar os corações delles, das mui doçes aguas do agradeçimento¹⁸.

Ressalta-se mais uma vez o caráter consciente da linguagem figurada, já que o escritor novamente desvela o seu procedimento retórico (“sse podia dell bem dizer”). E, sobretudo, o valor simbólico da metáfora “corremte rrio”, escolhida para representá-lo: como observam Jean Chevalier e Alain Gheerbrant

¹⁵ *Ibidem*, p.19

¹⁶ *Ibidem*, p.75

¹⁷ *Ibidem*, p.279.

¹⁸ *Ibidem*, p.286.

no **Dicionário dos símbolos**, “o simbolismo do rio, do escoamento das águas, é, ao mesmo tempo, o da *possibilidade universal* e o da *passagem das formas*, o da fertilidade, da morte e do recomeço”¹⁹. Portanto, um símbolo mais que adequado para representar o fundador da fecunda dinastia, que inaugura em Portugal uma “Sétima Idade”, no dizer irônico do cronista.

O Mestre seria ainda comparado a Judas Macabeu²⁰ e a Moisés²¹. Mas a analogia mais insistente na obra é mesmo a que se estabelece entre ele e Jesus Cristo e, em decorrência, entre Lisboa, esposa do Mestre, “forte esteo e collumpna” de Portugal, “vida e coração deste reino, purgada de todas fezes no fogo da lealdade”²² — eixo, sustentáculo, centro, portanto espaço sacralizado —, e a Igreja, esposa de Cristo. Bem como entre Nun’Alvares, fidalgo braço-direito de D. João e Pedro, encarregado que fora de pregar pelo reino o “Evangelho Português”, revolucionário e anti-cismático²³, tornando-se a pedra/o Pedro da “religião” de Avis:

Porque assi como o Filho de Deos depois da morte que tomou por salvar a humanall linhagem, mamdou pello mundo os seus Apostollos preegar o evangelho a toda creatura (...): assi o Meestre, depois que sse despos a morrer se comprisse, por salvaçom da terra que seus avoos ganharam, enviou NunAllvarez e seus companheiros preegar pello reino ho evangelho portugues²⁴.

Ampliam-se, desta forma, os limites da Revolução, tornada uma “guerra santa” por sua relação com o Cristianismo e por incluir-se historicamente na oposição ao Papa de Avinhão, combatendo o Grande Cisma do Ocidente que então acontecia. E ao novo Pedro se assegurava também o poder na terra:

Mas podemos bē dizer e apropriar, que assi como o nosso salvador Jhesu Christo, sobre Pedro fundou a sua egreja damdolhe poderio que aquell que legasse e assolvesse na terra, seria legado e assolto no ceos; assi o Meestre

¹⁹ CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. **Dictionnaire des symboles**. 6. ed. Paris, Seghers, 1973. 4. vols., vol. II, p.331.

²⁰ LOPES, Fernão. **Crónica de D. João I**, Parte segunda, p.70. (Todas as demais citações são da Parte Primeira, que é verdadeiramente o *corpus* deste estudo.)

²¹ *Ibidem*, parte primeira, p.387.

²² *Ibidem*, pp. 302-306.

²³ *Ibidem*, p. 299.

²⁴ *Ibidem*, pp. 299-300.

que sobre a bondade e esforço de Nuno Alvarez fundou a deffemssom daquela comarca, lhe deu livre e isento poder²⁵.

Voltando à simbologia do rio, que também ela corrobora o caráter messiânico do Mestre, lembramos que Jesus Cristo é a “fonte de água viva”. Mas é também, já observara Mircea Eliade, um mito que não contraria a História²⁶. Muito embora relevemos com ele que “apesar do valor concedido ao tempo e à História, o judeu-cristianismo não desemboca no historicismo, senão em uma teologia da história”²⁷.

Encarando-se a obra de Fernão Lopes em relação ao contexto sócio-cultural de onde emerge, vê-se que tal procedimento de mitificação é corriqueiro em sua época. Também Eliade concluiu que “certos movimentos históricos da Idade Média ilustram de uma maneira particularmente gritante as manifestações mais típicas do pensamento mítico. Pensamos nas exaltações milenaristas e nos mitos escatológicos que aparecem nas Cruzadas, nos movimentos de um Tanchelm e Eudes de l’Etoile, na elevação de Frederico II à categoria de Messias, em tantos outros fenômenos coletivos messiânicos, utópicos e pré-revolucionários (...). O mito de Frederico II não é senão um exemplo ilustre de um fenômeno muitíssimo difundido e persistente. As influências religiosas e a função escatológica dos reis se mantiveram na Europa, até o século XVII”²⁸.

Mas, com o grande medievalista Mário Martins, gostaríamos de salientar, na típica ironia do cronista — e entedemos este recurso retórico no seu sentido original, de pôr em questionamento o fato ou pessoa a que se refere —, o “perigo de desrespeito para com o sagrado”²⁹: os pragmáticos “pescadores”, diferentes dos bíblicos, buscam bens materiais; a nobreza, adventícia da revolução, é falsa; a própria insistência com que D. João é chamado de Mestre se nos afigura irônica. Até porque desvelados são os procedimentos políticos de criação do mito.

E neste processo de desmascaramento não pensamos apenas na transformação do líder em mártir, já apontada anteriormente. Pensamos ainda em outros aspectos denunciados por Fernão Lopes, como por exemplo na

²⁵ *Ibidem*, p.301.

²⁶ ELIADE, Mircea. **Imágenes y símbolos**. Madrid, Taurus, 1974. p.182.

²⁷ *Ibidem*, p.183.

²⁸ ELIADE, Mircea. **Aspects du mythe**. Paris, Gallimard, 1975. pp.211-213.

²⁹ MARTINS, Mário. “A ladainha de Fernão Lopes”. In: **Alegorias, símbolos e exemplos morais da literatura medieval portuguesa**. Lisboa, Brotéria, 1975. p.254.

profecia de um santo homem, Frei João da Barroca. Castelhana de nascimento, vivera recluso em Jerusalém, onde tivera uma revelação que o fizera vir para Lisboa em tempos de D. Fernando, onde se emparedou a pedra e cal. E então aconselhava aos devotos “também sobre negócios deste mundo e não unicamente sobre caminhos do espírito”, como observara Mário Martins³⁰. Consultado pelo Mestre quando este se encontrava em vias de abandonar a insurreição e ir-se para a Inglaterra, aconselha-o a permanecer no reino e empenhar-se na causa, e que “pera tomar o castello da çidade fizesse hū artefício de madeira, a que chamom gata, e que logo sem muita deteença seeria tomado com mui poucas gemtes”³¹.

O conselho foi seguido e a predição realizada. Muito embora não se escuse o cronista de indiciar haver sido ela feita de encomenda, documentando que

esta falla dizem alguus que foi a rrequerimento do homem boom, com o qual fallara Alvoroz Paz, fazendolhe queixume como sse o Meestre queria partir; e que ell lhe disse que todavia comselhasse ao Meestre que sse nom partisse, ca a Dcos prazia de ell seer rregedor desta terra e senhor della³².

Outro fato que acarreta desconfiança para com o valor da profecia é que o Castelo de Lisboa se entrega por si mesmo, e a gata que o emparedado mandara construir só funciona como elemento de ameaça, cujo poder é inclusive depreciado pelo irmão de Leonor Teles, o conde João Afonso, na sua sátira ao alcaide, considerando o cerco “como a rraposa que estava ao pee da arvor, e ameaçava com o rrabo o corvo, que estava em çirra com o queijo no bico, por lho aver de leixar”³³.

Portanto, se a época é propícia à criação de mitos soteriológicos, Fernão Lopes não apenas se encarrega de documentá-lo em Portugal, mas de pôr em evidência o trabalho dos políticos na construção dos mesmos. Muito embora o seu dualismo de homem medieval — ou quem sabe de “escritor da verdade”, como se assume, mas trabalhando para a Casa de Avis —, faça também por ressaltar, de outro lado, o providencialismo que cerca a causa do Mestre. Por exemplo, no episódio do cerco de Lisboa, onde a peste acomete apenas os inimigos, já que

³⁰ MARTINS, Mário. “Emparedadas arturianas e vida reclusa em Portugal”. Sep. de *Itinerarium*, n.90, 1975. Braga, Tipografia Editorial Franciscana, 1976. p.4.

³¹ LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*, p.43.

³² *Ibidem*, loc. cit.

³³ *Ibidem*, p.72.

prougue aaquell Senhor que he Primçipe das hostes, e Vençedor das batalhas que nom ouvesse hi outra lide nem pelleja senom a Sua; e hordenou que o angio da morte estemdesse mais a sua maaõ e percutidisse asperamente a multidom daquell poboo³⁴.

A intervenção do sobrenatural na causa de Avis é ainda atestada por outros numerosos milagres, inclusive pelo lendário poder de cura das moedas mandadas lavar pelo Mestre: “E dizem alguũs em suas estorias, que estes rreaaes primeiros que o Meestre mandou lavar, que prestavom pera alguũas dores”³⁵.

Finalmente, lembraríamos que o sentido mítico da Revolução de Avis se corrobora ainda pelos ornamentos do discurso que estabelecem analogia entre os reinos humano, animal, vegetal e mineral. Daí que os traídores do Mestre sejam apresentados como “exertos tortos, nados dazambiqueiro bravo”³⁶, ou como “baçellos de boa casta” que se desvirtuaram³⁷. Daí que os povos que acorreram a Lisboa, fugindo do invasor, são tidos por “manadas” em direção ao “curral”³⁸, sendo os soldados, na defesa das suas galeés, “bravos touros”³⁹, etc. Daí que os padecimentos de Lisboa sejam metaforizados em “ondas de taaes tempestades”, sendo “grande a tormenta do rreino”⁴⁰ naquele “tempo de grandes treevas”⁴¹. Para não falarmos das imagens do fogo purgador e do rio, relacionadas a Lisboa e ao Mestre, como vimos. Atribui-se, dessa forma, e muitas vezes através da prédica religiosa reproduzida na obra, como também da ladainha alegórica, aos acontecimentos um caráter cosmogônico que só faz por firmar a passo e passo o caráter redentor da Revolução e do seu líder, apesar de ser colocado por vezes em questionamento pela “aequivocatio” - com o que se salva a finalidade do cronista, de ser o escritor da verdade, assim relativizada.

³⁴ *Ibidem*, p.272.

³⁵ *Ibidem*, p.88.

³⁶ *Ibidem*, p.302.

³⁷ *Ibidem*, p.304.

³⁸ *Ibidem*, p.121.

³⁹ *Ibidem*, p.245.

⁴⁰ *Ibidem*, p.273.

⁴¹ *Ibidem*, p.278.